

## Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil - Porto Alegre, século XIX

Mauro Dillmann Tavares

A partir do final do século XVIII, o Rio Grande do Sul deixou de ser uma província isolada do restante do Império e de sua época. Como uma província importante, foi disputada no período colonial com os espanhóis, detentora de grande escravaria, mantenedora de contatos com outras regiões através de tropeiros, foco de guerra separatista como a Farrroupilha, local de fronteira geográfica estratégica para guerras como a Cisplatina e a do Paraguai. No campo institucional religioso, como em todo o Império, a falta de rendimentos, de paramentos e de igrejas sempre preocupou os membros da hierarquia eclesiástica.

Porto Alegre, a capital, às beiras do rio Guaíba, desenvolveu-se eminentemente desde o limiar do XIX e, em meados do século foi criado o bispado do Rio Grande do Sul na tentativa de reorganizar o precário culto religioso institucional. Neste período, o ultramontanismo<sup>1</sup> passou a nortear a política religiosa da Igreja Católica e os bispos buscaram cumprir fielmente as determinações do papa em Roma.

As ordens romanas eram de combate a toda e qualquer doutrina de cunho liberal e uma série de coisas daí advindas, “consideradas erradas e perigosas para a Igreja”,<sup>2</sup> além do liberalismo, as ciências, a modernidade, a maçonaria, o protestantismo, o cientificismo, o socialismo e a irreligiosidade foram condenadas pelo papa Pio IX. Para tal combate, em todo o Império, jornais eclesiásticos foram editados. Em contraponto às “heresias”, construíram-se idéias de modernização da sociedade, próprias do projeto de romanização, marcando um exemplo do poder de articulação da hierarquia eclesiástica.

Na capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, circularam dois periódicos eclesiásticos, servindo ao bispo ultramontano Dom Sebastião Dias Laranjeira, em períodos distintos do século XIX: *A Estrela do Sul* – periódico semanal publicado entre 1862 e 1869, e *O Thabor*, publicado em 1881 e 1882. A partir de fontes pouco exploradas, ou ainda desconhecidas, como o jornal *O Thabor*, pretendemos contribuir com a historiografia dedicada à Igreja Católica no sul do Brasil,<sup>3</sup> bem como complementar o entendimento da importância da imprensa católica como meio eficaz de divulgação de noções de progresso social à luz da religião.<sup>4</sup> Logo, cabe a questão: como os jornais católicos se tornaram importantes mecanismos de divulgação das idéias católicas ultramontanas em Porto Alegre? Ou melhor, como o bispado utilizou esse veículo de comunicação para divulgar estas idéias?

A lacuna existente entre o último exemplar publicado de *A Estrela do Sul* e o primeiro de *O Thabor* (doze anos, portanto), não impede uma avaliação coerente do pensamento católico e seu programa de ação no contexto do Rio Grande do Sul.

*A Estrela do Sul* e *O Thabor*, cujos conteúdos, de acordo e em defesa da doutrina e culto católicos romanos, tenderam as mesmas condenações ressaltadas por Martha Abreu para o Rio de Janeiro.<sup>5</sup> A uniformidade do pensamento ultramontano no Brasil foi importante para a Igreja implementar as diretrizes da Santa Sé. O povo católico deveria tomar distância de doutrinas liberais, maçônicas, racionalistas, protestantes, comunistas e materialistas. Os aspectos religiosos deveriam restringir-se ao sagrado de acordo com as emanações vindas do papa e os sentimentos dos fiéis necessitariam do comprometimento com os sacramentos, com a reverência a Roma, a santificação dos dias de domingo, a santificação das festas e de seus atos.

No Rio de Janeiro, Martha Abreu demonstrou que o jornal *O Apóstolo*, além de divulgar “a ordem católica”, estava convencido de que o catolicismo era “motivo de progresso e civilização”<sup>6</sup> e para tal, buscava combater seus inimigos. Na Bahia, publicava-se *O Brasil*, periódico religioso consagrado a “rebater a propaganda herética” e *Chronica Religiosa* (1869-1874), que, segundo Kátia Mattoso, seguia “a mais estrita ortodoxia” defendendo “que a moral era o próprio princípio da autoridade e estava na própria base do trono imperial”<sup>7</sup>. Em Recife circulou *A União*, “de oposição quase que sistemática ao governo”<sup>8</sup> e *O Cathólico*.<sup>9</sup> Já no Pará, servindo ao bispo D. Macedo Costa, havia a publicação do jornal *A Estrela do*

*Norte*.<sup>10</sup> Este último periódico, fundado um ano após seu congênere *A Estrela do Sul*, evidencia o contato e união da hierarquia católica de norte a sul do Império. Todos os periódicos funcionaram como uma “organização adequada aos interesses da propaganda eclesiástica”<sup>11</sup> e, freqüentemente, trocavam artigos, notícias e enviavam exemplares completos uns aos outros.

No primeiro artigo de *O Thabor* consta a almejada “defesa dos direitos da universal igreja, da Santa Sé Apostólica e do Pontificado Romano em sua soberania temporal”. Os votos eram de que o jornal “possa (...) trilhar a gloriosa senda do *Apóstolo* do Rio de Janeiro, que há dezesseis anos luta, braço a braço, com os mais ousados inimigos, desde o gabinete governamental transformado em congresso cesariano, até o inundo e caricato jornaleco!”<sup>12</sup>

Enquanto *A Estrela do Sul* trazia no frontispício a comum inscrição dos jornais católicos: “consagrado aos interesses da religião”<sup>13</sup>, *O Thabor*, tendo como principal redator o padre José Antônio de Almeida e Silva, dizia-se “periódico para famílias: religioso, literário e noticioso”. Ambos foram meios eficientes de divulgação das idéias religiosas ultramontanas, do catolicismo como religião do Estado, dos pareceres do bispo em seus novos empreendimentos para a Igreja na diocese e das críticas ao Estado imperial e à política local.

Entre as principais preocupações dos editores de *A Estrela do Sul* estava a “posição do clero brasileiro” diante da “irreligiosidade do século”. O periódico referia-se tanto à desvalorização do clero, funcionário do Estado, quanto à corrupção e imoralidade dos poucos padres existentes.<sup>14</sup> Mas também publicava discursos do bispo Laranjeira, relatos de viagens e visitas pastorais, além de divulgar as atividades do Cabido e do Seminário em construção.

*O Thabor* teve um curto período de existência e mostrou-se muito mais politizado que seu antecessor, condenando a maçonaria e o liberalismo, alertando quanto à “escravidão” da Igreja pelo Estado, criticando o avanço do protestantismo, e fundamentalmente sua nova grande preocupação: o positivismo. Nas notificações de boas-vindas à imprensa católica, publicou-se em *O Brasil Católico*<sup>15</sup> o seguinte sobre *O Thabor*: “Arvorando galhardamente a bandeira católica, *O Thabor* propõe-se a combater o bom combate, afirmando os princípios eternos que são a base de toda **moral social, política e cristã**”.<sup>16</sup> Continuava afirmando que “**O Thabor não será estranho à política, porque a religião também não o é**; entende que (...) a religião é a base da sociedade, e esta é a política do Thabor” (meus grifos). No primeiro exemplar, em 08 de setembro de 1881, esclarecia seu principal objetivo:

registrar os fastos da igreja, **refutar os erros**, destruir os sofismas, atacar o respeito humano e **proclamar bem alto que fora do espírito da igreja católica não há salvação, estreitar os laços de união entre o clero, o povo e o chefe da igreja** é o alvo do *Thabor*.<sup>17</sup> (meus grifos)

Mais ainda, afirmava que “o direito de padroado que outrora prestou-lhe relevantes serviços [à Igreja], hoje é uma corrente de ferro que a Igreja arrasta, que lhe tira toda a liberdade de ação”.<sup>18</sup> O desejo da Igreja Católica era de desvencilhamento do poder civil, de liberdade nos assuntos internos, procurando ser leal às diretrizes do pontífice romano.

A Igreja, em sua autoconcepção de contribuinte para o avanço e evolução humana, publicava em *O Thabor* “as benesses” proporcionadas ao longo de sua história, por fim declarando: “muito resta ainda a dizer sobre os relevantes e inumeráveis serviços prestados à sociedade por essa Igreja, que hoje é considerada uma trave na roda do progresso”.<sup>19</sup>

A historiadora Martha Abreu percebeu entre as estratégias das “lideranças católicas romanas”, “a construção de uma concepção de progresso, civilização e ordem, coerentes com os princípios do catolicismo romano”. A defesa da ordem católica e da estabilidade do Império eram estratégias de moralização e progresso.<sup>20</sup> Roberto Romano já havia advertido que a Igreja “longe de se entender como instituição autoritária e retrógrada”, “se pensa como fonte da verdadeira civilização e do progresso *modernos*”.<sup>21</sup>

De modo geral, a Igreja via a si própria como religião progressista. No decorrer dos dois anos de publicação de *O Thabor*, percebemos a recorrente afirmativa da Igreja católica como fator de progresso. Em 1881, afirmava: “a Igreja a que temos a felicidade de pertencer não é inimiga do progresso”, e “longe de

retardar o progresso bem entendido, anima-o e marcha na vanguarda”.<sup>22</sup> Em 1882, destacava a relevância da religião: “a moralidade, a boa educação, o amor ao trabalho e à civilização é tudo; porém, estes predicados, constitutivos da verdadeira grandeza, não se compreendem sem o elemento religioso”.<sup>23</sup> Num outro momento destacava o “mérito indiscutível” da “glória de ter feito com que a sociedade, guiada por ela [Igreja], tenha progredido rapidamente nos caminhos da civilização”.<sup>24</sup> Em síntese, progresso e civilização deveriam ser construídos e promovidos por meio da religião.

Em Porto Alegre, um crítico voraz da Igreja católica foi o jornalista e político liberal Karl von Koseritz, que em 1871 publicou *Roma perante o século*, condenando a “superstição” da Igreja ultramontana. Note-se que esse acirramento entre a intelectualidade política e a igreja coincide temporalmente com a “questão religiosa”, em que os bispos do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, e de Pernambuco, D. Vital de Oliveira, foram presos após fecharem irmandades que se negavam a excluir maçons de seus quadros de associados.<sup>25</sup> Ressentida, a Igreja lembrava em 1882 através de *O Thabor* um fato instigante e peculiar: o corte das cômguas (pagamentos, salários de membros do clero) dos padres estrangeiros pela Assembléia Legislativa provincial em 1873; e afirmava sua leitura do posicionamento dos liberais frente à religiosidade institucional eclesiástica: “Por aqui se vê a má vontade ou o ódio que os nossos legisladores votam à Igreja e aos seus ministros, a ponto de negarem aos capelães e coadjutores dos católicos alemães a insignificante cômguia de 30\$000 réis mensais!”.<sup>26</sup>

Aproveitando-se da ocasião reivindicatória de sustentação da Igreja e pagamento dos párocos, *O Thabor* tecia críticas ao protestantismo.

Elevam as localidades à categoria de capelas curadas e de freguesias como fizeram ultimamente nas colônias alemãs; a nação promete aos imigrantes, pastores para o exercício de seu culto, e por fim deixam os colonos católicos sem coadjutores e sem capelães! E quem faz isto? Os políticos atuais que todos os dias gritam em todos os tons que o Brasil precisa de colonos. Que contradição, meu Deus! Os colonos católicos não merecerão a mesma consideração, os mesmos privilégios que os protestantes?<sup>27</sup>

Não é nosso objetivo caracterizar aspectos religiosos da imigração alemã no Rio Grande do Sul, mas pode-se dizer que o trecho acima demonstra o peso considerável do protestantismo entre esses imigrantes e, principalmente, a reivindicação de vantagens da Igreja católica, pois, como típica expressão de seu monopólio de religião do Estado, devia deter privilégios sem iguais perante outras confissões cristãs.<sup>28</sup>

No Rio Grande do Sul, a força do protestantismo entre os imigrantes germânicos tornou-se um caro desafio aos ultramontanos. Em questões de batismo, por exemplo, crianças alemãs recebiam esse sacramento católico, mas eram criadas no luteranismo. O bispo Laranjeira lamentou ao governo Imperial contra o presidente da província pelo fato deste aprovar a petição dos colonos alemães com objetivos de criar seus filhos “católicos” como protestantes, recebendo confirmação em suas igrejas. “Aqueles ‘criancinhas católicas’ - escreveu D. Sebastião - tinham sido trazidas ao batismo por seus pais que o fizeram de volição própria. O governo não tinha o direito de permitir que aqueles pais agora mudassem a religião das crianças, iniciando-as na Igreja Luterana”.<sup>29</sup>

Em sua essência, a ação do bispo possuía duas contestações: o reconhecimento e ingerência do protestantismo e a atitude do governo provincial, contrária à constituição imperial que mantinha a Igreja católica como religião nacional.

A expansão do protestantismo esteve entre os descontentamentos da Igreja. “A religião católica figura apenas nas páginas da nossa constituição política, que há muito caiu em desuso”, dizia o *Brasil Católico*. Os protestantes seriam responsáveis pelo envenenamento das “fontes onde os povos vão beber os ensinamentos da verdadeira religião, da verdadeira ciência e do verdadeiro progresso!”,<sup>30</sup> e seriam “apoiados pela imprensa livre pensadora e defendidos no seio da própria assembléia geral que se compõe de *católicos*; é fácil conceber (...) a que estado chegou entre nós a indiferença em matéria religiosa!”.<sup>31</sup>

Em relação ao “abandono” da Igreja, a conclusão era incisiva: “no Rio Grande temos já uma perfeita separação da Igreja e do Estado”.<sup>32</sup> Embora constatada, a separação não era o desejo da Igreja. Esta pressionava e se opunha às ações do Estado, mas necessitava do apoio deste para suas ações e considerava a união necessária para manutenção da paz social.

**A religião é tão necessária à paz social** como o ar aos viventes. **Relaxai** os vínculos da religião e bem depressa **se converterá** o amor em ódio, a harmonia em desordem, **a obediência em revolta**, a justiça em afeição e **a civilização em barbaridade**. **Tirai a religião, e vereis** o entendimento sem apoio, o coração sem freio, o vício sem temor, a virtude sem esperança, a desgraça sem lenitivo, **a autoridade sem prestígio, a liberdade sem garantia**, enfim, uma perfeita Babel.<sup>33</sup> (meus grifos)

Com estas palavras, a Igreja legitimava sua função essencial numa sociedade contraditória que desejava a ordem interna, conciliando liberdade sem grandes mudanças democráticas.<sup>34</sup> Daí as palavras de alerta do editorial de *O Thabor* para o cuidado da política civil provincial para com a Igreja, instituição conciliatória e pacificadora das barbáries, das revoltas e dos vícios. Mas a sociedade era outra na década de 1880 e os liberais já não toleravam a presença da igreja na cena pública nem os argumentos favoráveis à pacificação e necessário controle da anarquia. De respeitada, “ela passou a ser invocada como poder conservador, passadista, reacionário e contra o progresso da Nação”.<sup>35</sup>

No Rio Grande do Sul, o partido liberal no poder fez representar um combate a olhos vistos com a Igreja, pois defendia a separação Igreja-Estado, os princípios de instituições livres – embora nem sempre o fim da escravidão, fato declarado pelos católicos ultramontanos: “Infeliz país em que os mesmos que hasteiam a bandeira da liberdade, forjam as cadeias da escravidão, afirmam que *o poder é o poder*, e em nome da liberdade de consciência declaram guerra à única e verdadeira religião.”<sup>36</sup>

Portanto, no século XIX, se os periódicos eclesiásticos de Porto Alegre, como veículos eficazes de divulgação das novas católicas entre o público letrado, seguiram a tendência nacional ultramontana de reforma do culto, do seu clero e da sociedade em geral por meio da religião católica romana, no restante do Rio Grande do Sul assumiram algumas peculiaridades. Suas concepções de progresso pela religião, publicadas nos periódicos andaram na contramarcha para com o pensamento político liberal e a liberdade religiosa, mas também foram, como ressaltou Karla Martins para outro contexto, “alternativas a outras propostas de sua época”.<sup>37</sup> Por vários motivos e entre os quais aqueles aqui destacados – a expansão da religião protestante e a força do partido liberal na província – aqueles ideais ultramontanos divulgados nos jornais do século XIX seriam fortalecidos entre a cristandade apenas após o fim do regime de Padroado, adentrando o século XX. Daí já não existia mais a união da Igreja com o Estado.

## NOTAS:

<sup>1</sup> Termo usado para “descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (‘do outro lado da montanha’), ou que defendiam o ponto de vista dos papas”. VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: EdUnb, 1980, p. 32. Ultramontanismo e romanização são entendidos como sinônimos, referindo-se ao “movimento reformador da prática católica no século XIX (...) que buscava retomar as determinações do Concílio de Trento, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados em irmandades”. Cf. ABREU, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 312.

<sup>2</sup> Id. *Ibid.*, p. 33.

<sup>3</sup> DREHER, Martin. Rostos da Igreja no Brasil Meridional. O cristianismo no sul do Brasil. \_\_\_\_\_ (org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST, 1998; RAMBO, Arthur. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. DREHER, Martin (org.). *Op. Cit.*

<sup>4</sup> Veja-se: MARTINS, Karla Denise. “Civilização Católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX”. *Revista de História Regional*. 7(1), p. 73-103, 2002.

<sup>5</sup> Com a ressalva de que no Rio Grande do Sul, em termos políticos, a forte presença dos liberais na Assembléia Provincial proporcionou um maior embate – ou uma oposição em outros termos, peculiares – entre estes e a Igreja.

<sup>6</sup> ABREU, Martha. *Op. Cit.*, p. 311, 314.

<sup>7</sup> MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 326.

<sup>8</sup> GÉRSO, Brasil. *O Regalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978, p. 195.

<sup>9</sup> CASALI, Alípio. *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 65.

<sup>10</sup> Uma excelente análise do jornal *A Estrela do Norte*, encontra-se em: MARTINS, Karla Denise. *Op. Cit.*

<sup>11</sup> Id. *Ibid.*, p. 84.

<sup>12</sup> Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - AHCMPA. *O Thabor*, ano 1, n.1, Porto Alegre, 08 de setembro de 1881, fl.1.

<sup>13</sup> A mesma referência apareceu no jornal *Chronica Católica*, da Bahia. Cf. ALMEIDA, Ronnie Jorge Tavares. *Religião, Ciência, Darwinismo e Materialismo na Bahia Imperial: Domingos Guedes Cabral e a recusa da tese inaugural “Funções do Cérebro” (1875)*. UFBA, Dissertação de Mestrado, 2005, p.158.

<sup>14</sup> AHCMPA. *A Estrela do Sul*, Porto Alegre, n. 1, ano II, 04 de outubro de 1863, p. 01-05.

<sup>15</sup> Periódico católico publicado na Corte na segunda metade do XIX, com várias referências em *O Thabor*.

<sup>16</sup> AHCMPA. *O Thabor*, ano 1, n.8, 29 de outubro de 1881, fl. 3-4.

<sup>17</sup> AHCMPA. *O Thabor*, ano 1, n.1, 08 de setembro de 1881, fl. 1.

<sup>18</sup> AHCMPA. *O Thabor*, *Ibid.*, fl.2. O Padroado como ser entendido como “uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições eclesásticas católicas romanas em vastas regiões da África, da Ásia e no Brasil”. BOXER, Charles. *O Império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 257.

<sup>19</sup> AHCMPA. *O Thabor*, 19 de novembro de 1881, ano 1, n. 11.

<sup>20</sup> Projetos defendidos pelo jornal *O Apóstolo* do Rio de Janeiro. ABREU, Martha. *Op. Cit.*, p. 313, 314.

<sup>21</sup> ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979, p. 110.

<sup>22</sup> AHCMPA. *O Thabor*, 19 de novembro de 1881, ano 1, n. 11.

<sup>23</sup> AHCMPA. *O Thabor*, 18 de março de 1882, n. 28, ano 1, fl. 1.

<sup>24</sup> AHCMPA. *O Thabor*, 13 de maio de 1882.

<sup>25</sup> GÉRSO, Brasil. *O Regalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978, p. 183.

<sup>26</sup> AHCMPA. *O Thabor*, n. 36, 13 de maio de 1882.

<sup>27</sup> AHCMPA. *O Thabor*, *Idem*.

<sup>28</sup> ROMANO, Roberto. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>29</sup> Publicação em *O Apóstolo*, 31 de março de 1867, apud VIEIRA, David Gueiros. *Op. Cit.*, p. 141.

<sup>30</sup> Artigo de *Brasil Católico*, publicado em *O Thabor*, n. 28, ano 1, 18 março 1882, fl. 2. Note-se que em tempos de positivismo, a defesa do catolicismo passava pelo de ‘verdadeira ciência’.

<sup>31</sup> Artigo de *Brasil Católico*, Id. Ibid.

<sup>32</sup> AHCMPA. *O Thabor*, n. 35, Memorial, Porto Alegre, 06 de maio de 1882.

<sup>33</sup> AHCMPA. *O Thabor*, n. 28, ano 1, 18 março 1882.

<sup>34</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>35</sup> ROMANO, Roberto. *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>36</sup> Artigo de *Brasil Católico*, publicado em *O Thabor*, n. 28, ano 1, 18 março 1882, fl. 2.

<sup>37</sup> MARTINS, Karla Denine. *Op. Cit.*, p. 100.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ALMEIDA, Ronnie Jorge Tavares. *Religião, Ciência, Darwinismo e Materialismo na Bahia Imperial: Domingos Guedes Cabral e a recusa da tese inaugural “Funções do Cérebro” (1875)*. UFBA, Dissertação de Mestrado, 2005.
- BOXER, Charles. *O Império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- CASALI, Alípio. *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DREHER, Martin. “Rostos da Igreja no Brasil Meridional. O cristianismo no sul do Brasil”. \_\_\_\_\_ (org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST, 1998.
- GÉRSO, Brasil. *O Regalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978.
- MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MARTINS, Karla Denise. “Civilização Católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX”. *Revista de História Regional*. 7(1), 2002, p. 73-103.
- RAMBO, Arthur. “A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional”. DREHER, Martin (org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST, 1998.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: EdUnb, 1980.

## SOBRE O AUTOR:

Mauro Dillmann Tavares

Mestrando em História na Universidade do Rio dos Sinos – Unisinos (São Leopoldo-RS), tendo como objeto de investigação a sensibilidade devocional nas irmandades religiosas de Porto Alegre em tempos de implementação do ultramontanismo da Igreja Católica, durante a segunda metade do século XIX. Professor da rede pública municipal de São Leopoldo. Contato: maurodillmann@terra.com.br